

ENTREVISTA

Neste número, os participantes do Propet–História, Lia Castanho de F. Guimarães e Filipe Moreira de Azeredo Tavares, entrevistam o historiador e professor adjunto do curso de graduação e do programa de pós-graduação de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, José d’Assunção Barros, conferencista convidado na I Jornada de História. O autor de 18 livros sobre temas diversos - teoria e metodologia da história, música, arte, literatura, cinema, cidade, desigualdades sociais - alguns dos quais tiveram tradução para o espanhol, como *Campo da História* e *Cidade e História*, conversou com os estudantes a respeito do estatuto científico e da escrita da história, da história do tempo presente, da história comparada, das perspectivas para a disciplina e para o ensino de História.

Lia Castanho de F. Guimarães e Filipe Moreira de Azeredo Tavares¹: A História enquanto disciplina se constitui enquanto um conjunto de técnicas, métodos e teorias compartilhadas pela comunidade de historiadores, onde comumente se debate a eficácia das técnicas e dos métodos e a veracidade e sustentação das teorias. Um debate que se estende ao longo das décadas é relacionado à cientificidade da História. Como o senhor se posiciona neste assunto? Quais são as suas considerações acerca da cientificidade (ou não) da História?

José d’Assunção Barros: Coloco-me entre aqueles que consideram a História uma Ciência. Mas também penso que a História apresenta uma dimensão artística, como já esclarecerei. Em primeiro lugar, vejo a História como Ciência por dois motivos. Por um lado trabalhamos com as duas dimensões que devem estar sempre interligadas para a produção de qualquer forma de conhecimento científico: o Método e a Teoria. Desde o primeiro instante, os historiadores lidam com procedimentos técnicos específicos que se referem à constituição e análise das fontes ou também ao levantamento e compreensão dos contextos históricos. De igual maneira, lidamos com aspectos teóricos que permitem a construção de nossas interpretações. O uso dos conceitos em História, por exemplo, é muito criterioso. Em segundo lugar, a História é uma Ciência porque, para produzi-la, precisamos partir de materiais concretos, de informações dotadas de veracidade, de vestígios realmente existentes, de discursos reais que devem ser decifrados ou avaliados criticamente. Lidamos com elementos que não são inventados e com vistas a alcançar explicações e interpretações acerca de processos que realmente aconteceram. Se já não temos, nos dias de hoje, a ingenuidade positivista de alcançar a verdade em si mesma, pronta e acabada, temos como historiadores um compromisso com a veracidade: uma obrigação de produzir um conhecimento que consideramos verdadeiro. Por outro lado, se a história lida inicialmente com elementos que não são inventados pelo historiador, isso não quer dizer que a invenção e a criatividade estejam ausentes da História. Este aspecto remete à minha segunda afirmação: a História também possui uma dimensão de Arte. Isto se dá mais especificamente na ponta final da produção do trabalho historiográfico. Depois de realizar cientificamente a sua pesquisa e de elaborar também cientificamente as suas interpretações, os historiadores precisam dar uma forma final ao seu trabalho sob a forma de um texto, de uma conferência, de um vídeo, ou qualquer outra mídia. Nesse momento – por exemplo, o momento da produção de um texto que será dado a ler aos leitores interessados em História – os historiadores precisam se valer de talentos que os aproximam dos literatos. O historiador que escreve um texto precisa tomar decisões estéticas, precisa construir a sua trama com uma

¹ Discentes do curso de História na Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional Campos dos Goytacazes e bolsistas ProPET.

incontornável habilidade que será determinante para a possibilidade de seu texto ser bem assimilado pelos seus futuros leitores. A possibilidade de que a História continue a ser vista como Ciência, e que uma dada produção historiográfica seja compreendida como científica, não é em nada prejudicada pela qualidade artística com que o historiador constrói o seu texto, Arte e Ciência convivem perfeitamente bem na História. Ciência e Arte são o alfa e o ômega do círculo hermenêutico que é posto a girar com a produção de uma pesquisa e de um texto historiográfico.

LCG e FMT – Ainda na perspectiva da pergunta anterior, existe uma corrente bastante expressiva que acredita na existência da História enquanto um conjunto de diversas narrativas que atendem às necessidades do tempo em que são produzidas, sendo mutáveis. Sobre a produção historiográfica, muitos pares defendem torná-la mais acessível com a utilização de uma escrita mais leve e não tão repleta de termos técnicos. Como o senhor acredita que esse novo tipo de escrita da História pode se realizar sem que seu caráter científico seja perdido e que mantenha um diálogo mais expressivo e não apenas com o âmbito acadêmico ?

JAB-Conforme eu disse anteriormente, Ciência e Arte convivem plena e intimamente na produção do conhecimento historiográfico. Mas desde já temos que compreender que a ideia de trabalhar artística ou literariamente um texto histórico (ou qualquer outro tipo de texto) nada tem a ver com a ideia de banalização ou empobrecimento da escrita. Evitar o uso de termos técnicos ou de um sistema conceitual mais sofisticado não é de maneira nenhuma uma consequência da decisão de incorporar à escrita historiográfica uma dimensão artística. Temos que separar bem as coisas. Um quadro de Picasso, por exemplo, não é banal. Uma obra de arte, pelo fato de ser artística, não implica de modo algum o compromisso de ser facilmente assimilável por todos. Digo isso para que a questão seja colocada em outro plano. A maior ou menor clareza com que uma obra historiográfica se dá a ler, e o maior ou menor prazer estético que desperta nos leitores de história, não se relacionam a qualquer investimento no empobrecimento conceitual. Posso escrever um ensaio historiográfico conceitualmente sofisticado sem sacrificar a beleza de minhas soluções estéticas. Não é empobrecendo a linguagem que um grande escritor de literatura constrói uma obra prima, e não é banalizando a sua forma de se expressar ou violentando a sua qualidade conceitual que uma obra-prima historiográfica pode ser produzida.

Todavia, existe outra questão que aí se intromete, sempre que pensamos as relações entre a escrita de História e o público leitor que a demanda. O historiador, na verdade, deve escrever para diversos tipos de público (e para todos eles escreverá com ciência e arte). Há o público formado pelos pares, ou mesmo pelos especialistas naquele objeto de estudo mais específico. Há o público formado pela grande comunidade de historiadores, ou pelos leitores mais especializados de História. Há o público em geral, ávido por consumir boas obras de História. Há o público dos alunos dos níveis fundamental e médio, para o qual também precisamos escrever livros didáticos. Para cada um destes públicos, podemos optar por certas soluções expressivas ou estilos, por certos usos da linguagem ou alternativas editoriais, por determinados formatos e escolhas temáticas, pela abundância ou não de certos tipos de informação ou de referências. Entrementes, isso não nos exime de perseguir a meta de produzir para cada um destes tipos de leitores um texto que será simultaneamente científico e artístico. Posso escrever um texto simultaneamente científico e artístico para ser lido por crianças de determinada idade, por exemplo.

Por outro lado, há também um outro tipo de público-leitor que ainda não mencionei: o público que deseja ler uma má história (banal, simplória, desatenta, espetaculosa e “fácil” no mal sentido). Não acho que o historiador deva escrever para esse tipo de público. Acredito, ao contrário, que um dos grandes desafios dos historiadores da atualidade seja o de contribuir para a redução cada vez maior desta espécie de público em favor dos diversos tipos de público que realmente podem apreciar uma boa obra historiográfica. O que é importante é compreendermos que cada um dos grupos de leitores que tenhamos em vista merece uma escrita específica e bem cuidada, mas de nenhum modo banal e empobrecedora. Também existe a possibilidade de escrevermos simultaneamente, em uma mesma obra, para diversos tipos de público. Esta é uma tarefa especialmente sofisticada, mas não impossível.

LCG e FMT- Com o advento da Escola dos Annales há uma diversidade das temáticas abordadas pelas pesquisas historiográficas: a história deixa de ser contada por um olhar de cima e inaugura-se uma nova ótica, com estudos sobre as minorias e as classes dominadas, revelando-se um desafio para o historiador e sua relação com as fontes. Dentro desta problemática os recortes temporais também se encontram em evidência. A partir dessas concepções, a história do tempo presente é sinônimo de bastante polêmica sendo comparada ao ofício do jornalista. Para o senhor, qual é a importância do olhar historiográfico para o tempo presente e o que diferencia o trabalho historiográfico do jornalístico?

JAB- Existem aqui duas questões paralelas, e por vezes entrecruzadas, que merecem ser discutidas. Existe por um lado, a modalidade do tempo presente, que é aquela em que historiadores autênticos discutem os processos e questões da atualidade (ou seja, os assuntos que aparecem nos jornais porque são constituídos pelos acontecimentos e processos que estamos vivendo no presente). Existe, por outro lado, uma segunda questão, que é a dos jornalistas que se fizeram historiadores, seja de forma autêntica ou inautêntica. Esses jornalistas-historiadores estudam questões diversas – e não apenas as do tempo presente – e aventuram-se pelo estudo das diversas épocas e processos históricos vários, como a chegada da Família Real Portuguesa no Brasil em 1808 ou como a ascensão do Nazismo.

Quero definir, antes de mais nada, o que eu estou entendendo por um Historiador Autêntico. Este é aquele intelectual que estuda a História, e que escreve textos historiográficos, de acordo com as regras, cuidados e procedimentos historiográficos – ou, pode-se dizer, de acordo com o modelo de cientificidade em vigor – tal como está previsto pela Comunidade dos Historiadores. O historiador autêntico é aquele que aprendeu o ofício do historiador tal como ele é aceito pelo conjunto dos historiadores científicos. Onde se aprende este ofício do historiador? O principal lugar é a Universidade. Existem cursos de graduação em História onde aprendemos a não cometer anacronismos, a analisar criticamente as fontes, a situar qualquer texto no seu contexto, e muitas outras coisas mais, como a necessidade de referenciar as fontes que estamos analisando ou as obras com as quais dialogamos. Se existe uma faculdade de História, é porque não temos aqui um conhecimento banal, mas sim cientificamente produzido. Ocorre que é possível a outros intelectuais se tornarem historiadores autênticos, desde que assimilem este mesmo know-how. Podem ser literatos, jornalistas, memorialistas ou outros intelectuais que aprenderam autodidaticamente este fazer historiográfico da maneira correta, e dos quais, se não soubéssemos previamente algo sobre sua trajetória intelectual, jamais poderíamos suspeitar que não são historiadores de formação. Há ainda, entre os historiadores autênticos, os estudiosos de diversas áreas que se tornaram historiadores por causa de seus interesses em estudar a história de seus campos de saber (a

História da Educação, a História da Ciência, e muitos outros). Se eles assimilaram a matriz historiográfica em vigor na sua época, tornaram-se efetivamente historiadores autênticos.

Mas há também muitos intelectuais que resolvem escrever história e que não conseguiram ou não se preocuparam em se aproximar dos cuidados, procedimentos e conhecimentos disciplinares que são requeridos aos historiadores autênticos. Eles cometem, apenas para dar alguns exemplos entre outros, anacronismos, assimilação não crítica de informações documentais, leituras de segunda mão sem ir às fontes, despreocupação em registrar as suas referências, utilização inadequada de vocabulário, e assim por diante. Há jornalistas que possuem grande capacidade de produzir uma escrita sedutora e estimulante (isso se aprende com especial atenção nas faculdades de Comunicação), mas que, ao produzir um texto histórico, são completamente desatentos em relação a questões como as que acabei de mencionar. Eles são bons jornalistas, mas não se tornaram bons historiadores. Ainda assim, escrevem histórias, e por vezes se tornam best-sellers, em vista dos seus talentos para a escrita.

Quero dizer, para retomar a outra parte da pergunta, que um bom historiador – esteja ele estudando uma época remota ou o tempo presente – não poderá jamais se contentar com o simples registro jornalístico. O que ele produz – o trabalho historiográfico – é bem distinto do trabalho jornalístico. Além da atenção aos aspectos que citei anteriormente, a História é interpretativa e sabe-se interpretativa. Sobretudo, a História é crítica, e os historiadores dirigem a sua capacidade crítica tanto para abordar as fontes que analisam como para compreender a própria historiografia que produzem. Essa consciência crítica é a quintessência do trabalho historiográfico. Assistimos nos tempos recentes, no Brasil, à manipulação vinda das grandes empresas brasileiras de comunicação com vistas a redirecionar os rumos sociais, políticos e econômicos no Brasil, em um intrincado processo que conduziu ao que a maior parte dos historiadores compreendeu como o Golpe de 2016. O que permitiu essa manipulação da informação, e a sua aceitação por uma parcela da população, foi a pouca habilidade de muitos em analisar criticamente a massa de informações que era transmitida por um setor importante dos meios jornalísticos. O que faltou foi a Crítica, a principal dimensão do trabalho historiográfico. Um historiador, ao examinar as fontes que lhes chegam do passado, submete-as à crítica. Ele não reproduz simplesmente o que leu em um documento, pois sabe que qualquer texto possui o seu lugar de produção, as suas circunstâncias, o conjunto de interesses que o demandaram. Da mesma forma, ao analisar os processos do tempo presente – e ao abordar a massa documental e as fontes informativas que circulam diariamente – o historiador os submete à crítica historiográfica. Acredito que, se houvesse maior consciência histórica da população, e se as informações e discursos jornalísticos tivessem sido submetidos a uma maior massa crítica, o Brasil não estaria vivenciando a crise atual. Uma maior leitura da produção historiográfica sobre o Golpe de 1964, e sobre os seus custos para a sociedade brasileira, também poderia ter contribuído para dissuadir toda uma parte da população brasileira a apoiar o Golpe de 2016 sem perceber claramente que se tratava de um golpe. Como se vê a partir deste exemplo, o olhar historiográfico é fundamental para o tempo presente.

LCG e FMT - Prof. Dr. José D'Assunção Barros, a partir da sua obra “As Raízes da Música Brasileira”, o senhor descreve a formação da música brasileira através da “música dos Índios brasileiros”, “componente afro-brasileira” e “a contribuição euro-brasileira”. A música como objeto de estudo é algo muito interessante e rico. O senhor poderia comentar sobre a elaboração da sua pesquisa, os desafios encontrados e as fontes utilizadas?

JAB-O livro “Raízes da Música Brasileira” é a primeira parte de uma pesquisa mais ampla sobre a Música Brasileira, a qual venho realizando já há alguns anos. Infelizmente, ainda não consegui publicar os outros dois volumes deste trabalho, que tratam da chamada Música Erudita no Brasil. Depois, deverão vir os volumes sobre a Música Popular Brasileira, de acordo com a sequência lógica do projeto. O livro já publicado, de todo modo, trata de questões iniciais bastante importantes. Quis começá-lo pelo componente mais esquecido dos livros tradicionais sobre História da Música Brasileira, que é a música indígena. Na verdade, deveríamos antes falar em “músicas indígenas”, pois existe de fato uma grande multiplicidade de culturas indígenas, seja na atualidade, seja no passado histórico. Todas elas produziram os seus próprios sistemas musicais, suas escalas específicas, seus instrumentos, seus usos sociais diferenciados para a Música. Não pude abordar toda essa grande diversidade, mas ao menos consegui desenvolver um panorama que mostra como a Música ocupa ou ocupou uma dimensão fundamental nessas sociedades, e como a maneira de viver a Música é distinta daquela com a qual estamos familiarizados nas sociedades ocidentais. Podemos constatar, principalmente, que nas sociedades indígenas não existe propriamente uma separação entre o Músico e os ouvintes ou consumidores de Música, pois todos nesta sociedade são músicos. Nas nossas sociedades ocidentais isto também ocorre em alguma medida (todos somos músicos) embora tenhamos a tendência a reprimir esta constatação neste grande sistema patrocinado pela Indústria Cultural e dos Entretenimentos, a qual cria a sala de concerto isolada e um público que assiste a tudo, por vezes em silêncio, ou mesmo o ouvinte que escuta solitariamente um CD. Olhar para a Música Indígena ajuda a compreender melhor a nossa própria Música, por contraste e iluminação incomum, e foi por isso que comecei esse meu primeiro caminho pela História da Música Brasileira abordando a Música Indígena. O momento seguinte foi examinar a componente afro-brasileira da nossa Música, e logo em seguida o sistema musical que herdamos das civilizações europeias. A Música no Brasil, como o seu povo, é constituída por uma grande diversidade e por combinações de uma multiplicidade de experiências que se transformaram na sua grande riqueza.

Você me perguntou sobre os desafios enfrentados com esta obra. Creio que o maior deles foi o de me afastar diligentemente dos dois modelos mais conhecidos de Histórias da Música: aquelas que são escritas por historiadores, que nada sabem de Música (no sentido de carecerem de uma formação musical), e aquelas que são escritas pelos músicos que nada sabem de História (no sentido de carecerem de uma formação historiográfica). Entre estes dois caminhos, quis iniciar uma escrita de história da música capaz de trazer para o leitor tanto uma imaginação musical como uma imaginação historiográfica. Outro desafio importante foi o de tentar transmitir ao leitor leigo certos conhecimentos musicais com os quais ele não está acostumado, pois a Música infelizmente não é considerada uma dimensão fundamental pelo nosso sistema educacional e uma grande parte da população brasileira carece de qualquer formação ou prática musical, o que reforça mais uma vez aquela separação entre o Músico e os ouvintes de música que eu mencionei quando fiz o meu comentário a respeito da Música Indígena. Eu quis unir rigorosamente, em uma mesma obra, as perspectivas historiográfica e musicológica, e oferecê-las com uma linguagem envolvente e clara (mas não banalizadora) aos diversos tipos de leitores.

Quanto às fontes, que foram mencionadas na última parte da sua pergunta, elas são de todo o tipo. As fontes para a História da Música vão desde as próprias realizações musicais – as composições musicais que nos chegam através de fontes de diversos tipos, como as partituras, as gravações fonográficas, os rituais perpetuados pela transmissão oral – até os documentos e fontes textuais de todos os tipos, tais como jornais de época, diários e correspondências entre agentes musicais, chegando-se por fim à cultura material e aos

próprios instrumentos. Quando olhamos uma flauta indígena, por exemplo, podemos surpreender ali todo um sistema musical, pois a escala ou o sistema de escalas por vezes se concretizam na própria materialidade do instrumento. Em textos diversos podemos surpreender não apenas o ponto de vista dos músicos e dos críticos, como também do próprio público e dos ouvintes de diversos tipos e conexões sociais. Fora isso, como eu já disse, a própria Música é fonte para si mesma.

LCG e FMT – Professor, como o senhor considera o estudo das imagens para contextualização dos processos históricos e quais as maiores dificuldades em abordar e problematizar as fontes visuais? Qual o maior obstáculo a ser superado para o historiador que utiliza este material como objeto de análise?

JAB- De maneira análoga ao que acontece com a História da Música, o historiador que pretende trabalhar com imagens – seja tomando-as como objeto ou como fontes históricas – necessita, antes de mais nada, se familiarizar com as diversas linguagens visuais. Para abordar de maneira profunda e plena uma imagem, precisamos compreender sua forma, seu contexto, seu intertexto, os conteúdos que ela transmite, os modos de transmissão e percepção. Em uma formação tradicional de historiador, nos cursos de Graduação, frequentemente aprendemos muito a lidar com os textos. Um historiador de formação sabe ler um texto como ninguém. Como disse anteriormente, ele aprendeu a situar-se permanentemente em uma posição crítica em relação a todo texto que analisa. Não faltam na nossa formação técnicas de análise de texto, métodos de comparação intertextual, estudos sobre a palavra e sobre os sentidos que uma mesma palavra teve em tempos diversos. Com relação à Imagem, entretanto, a formação dos historiadores não é tão rica. Por vezes, um historiador em formação – tão habituado a analisar contextualmente um texto e a situar seus significados possíveis na perspectiva do tempo – esquece-se de que também a Imagem está ligada ao tempo, e que isto deve fazer parte da análise. Se um historiador em formação vê em um a fonte histórica a palavra “burguês”, logo se pergunta: o que essa palavra significava nesta época, e para os diversos tipos de leitores que tiveram acesso a este texto? Os sentidos atribuídos a esta palavra neste momento histórico diferem dos sentidos que hoje atribuímos a esta palavra? Há intertextos a serem percebidos no texto que instrumentalizou esta palavra? A que interesses serve a palavra, a que demandas? Entrementes, quando o mesmo historiador em formação observa uma imagem que lhe chega através da fonte, pode facilmente se deixar capturar pela ideia de que a imagem fala por si mesma. As mesmas perguntas que faz ao texto escrito deveriam ser colocadas para a imagem, e ainda outras que são mais relacionadas à própria linguagem visual. O maior desafio para o historiador que analisa imagens é conservar a permanente consciência de que, tanto como as palavras e os textos por elas formadas, as imagens também são produtos históricos, oriundos de um tempo específico, além de possuírem uma vida histórica que se estende para um número indefinido de gerações que compreenderão aquela imagem de novas maneiras.

Quanto ao maior obstáculo para o estudo historiográfico das imagens, creio que se relaciona a uma tendência muito comum de usar a imagem como mera complementação do que diz o texto escrito. Essa tendência perceptível em nossa historiografia de valorizar de alguma maneira a palavra escrita, hierarquizando-a em relação a outros modos de expressão, leva muitos historiadores a se descuidarem de tratar a imagem como uma fonte que precisa ser analisada por si mesma, e que não deve ser colocada como mero complemento para o que diz o texto. Fazer isso é adotar o modo de operação do ilustrador, que agrega uma imagem ao texto apenas para trazer um impacto visual ou lhe dar uma nova dimensão estética. Se o

historiador quer de fato analisar a imagem como fonte, não pode simplesmente utilizá-la como ilustração, e muito menos deixar de voltar para ela todo um aparato de crítica documental ao qual já está habituado dirigir para as suas análises das fontes textuais. Em suma: as palavras não têm maior valor historiográfico do que as imagens; umas e outras são fontes de mesmo nível. Devemos analisar criticamente as imagens. Por vezes, precisamos também de conhecimentos adicionais, pois a linguagem visual é distinta da linguagem textual. O mais importante, enfim, é conservarmos a consciência de que a Imagem é um registro próprio, que pode dialogar com outros tipos de registros, sim, mas que não submete a eles.

LCG e FMT - Seu livro lançado ano passado, *História Comparada* lança luz sobre as possibilidades da comparação histórica como metodologia. Qual foi a importância dos estudos comparativos desde os primeiros Annales e quais são os ganhos que o historiador pode ter ao adotar a perspectiva comparativista?

JAB- A *História Comparada*, na época dos Annales, teve a função primordial de quebrar as perspectivas de fazer história que se ligavam ao recorte exclusivamente nacional. Marc Bloch, preocupado com a crise geral que havia conduzido à Primeira Guerra, considerou a *História Comparada* como uma possibilidade de ultrapassar as visões mais estreitas trazidas pelas historiografias nacionalistas. Concomitantemente, o uso da perspectiva comparatista estendeu-se para muito além do aspecto político, envolvendo as questões econômicas, culturais, demográficas, imaginárias, entre outras.

Os ganhos trazidos pelas diversas modalidades historiográficas relacionais – e aqui eu situo tanto a *História Comparada* como as *Histórias Cruzadas*, a *História Interconectada*, a *História Atlântica* e a *História Global*, para citar também as tendências mais recentes – está na própria riqueza trazida pelo gesto comparativo. Quando comparo uma coisa com outra, muitas vezes ocorre uma iluminação recíproca. Fazemos isso em nossa própria vida diária, em escala menor, mas os historiadores aprenderam a fazer isso mais sistematicamente. O gesto comparativo, aliás, precede a *História Comparada*, e nasceu com a própria História. Os historiadores sempre compararam sociedades, processos, sistemas políticos e culturais. Contudo, a tendência a pensar os recortes historiográficos em nível nacional – ou nos seus correlatos regionais-institucionais – por vezes bloqueava a perspectiva comparatista em uma dimensão mais ampla. Quando ultrapassamos essa quadratura mais tradicional, surgem novas possibilidades. Depois, a partir da segunda metade do século XX, os historiadores deram-se conta de que também poderiam se valer de outros gestos tão ricos quanto o da Comparação. A partir daí, começaram a surgir outras modalidades historiográficas relacionais, como a das *Histórias Cruzadas*. O gesto de “cruzar” explora uma nova perspectiva da comparação. Posso examinar não somente dois processos que seguem paralelamente, mas também dois processos que se cruzam, que se interconectam, que se interpenetram e interferem um no outro. Posso também narrar a história a partir de diversificados pontos de vista, interconectando-os, começando cada capítulo de uma grande história a ser contada centrado a análise em um novo ambiente ou em novos protagonistas. Essa modalidade, que ainda está se formando, é chamada por muitos de *História Interconectada*.

Seja com a *História Comparada* ou com estas novas modalidades relacionais, o ganho principal é o de multiplicar as perspectivas, abrir os universos em análise, surpreender novas interações, além de permitir novas possibilidades de escrever a História.

LCG e FMT – No ano de 2015 havia uma proposta de mudança na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ao propor uma reforma prejudicava o ensino de História, a formação do aluno e promovia um recorte temporal que excluía o período medieval. A mudança não prosperou para o bem dos alunos e professores. A partir desse debate, qual a importância do ensino da História Medieval e quais são os desafios e recursos encontrados e que podem ser utilizados pelo professor?

JAB-A importância do ensino de História Medieval deveria ser evidente. O mundo moderno e contemporâneo não se inicia a partir de uma tabula rasa. Boa parte das nossas instituições e práticas culturais – para nos referirmos nesse momento às sociedades europeias e americanas – tem origem na Idade Média europeia, da mesma forma que herdamos instituições e práticas da Antiguidade Greco-Romana. De igual maneira, um jovem islâmico não pode deixar de saber que a sociedade em que vive é resultado de um desenvolvimento histórico que começa na Idade Média. Ignorar a importância do ensino de História Medieval, no Brasil, é tão danoso quanto ignorar a necessidade do ensino de História da África. Felizmente, esta última área de estudos, em decorrência das lutas empreendidas pelos movimentos sociais, conquistou a proteção legal. Percebemos claramente a necessidade do estudo da História da África porque percebemos a África bem viva no Brasil de hoje, em nossas próprias práticas cotidianas e culturais, bem como na diversidade de religiões afro-brasileiras com as quais todos interagimos de alguma maneira, sem falar, por fim, na própria diversidade física que beneficiou o povo brasileiro a partir de uma contribuição demográfica que é evidente na população brasileira. A África grita a todo instante na contemporaneidade brasileira: está na nossa pele. Gritam também as desigualdades sociais decorrentes do período escravocrata. A cultura brasileira, as questões sociais e a própria música não nos deixam esquecer a África e sua história, ainda que por tanto tempo ela tenha estado ausente dos nossos currículos. Paradoxalmente, há uma tendência a esquecer a Idade Média. Isso é decorrente do problema que já mencionei anteriormente: uma certa carência de consciência histórica que deveria estar disseminada na sociedade como um todo. A consciência social impôs a instauração obrigatória e a proteção legal ao ensino de História da África. Com relação à História Medieval – por vezes relegada em nossos imaginários a alguns poucos filmes sobre cruzadas e cavaleiros andantes – somente poderá assegurar o seu espaço no Ensino fundamental e Médio através de uma consciência histórica mais vigorosa e permanente. Mas hoje vivemos tempos ameaçadores, em nosso país. Ouvimos falar em projetos retrógrados como o da “Escola Sem Partido”, seja lá o que isto signifique. Ouvimos falar, em meias palavras, da exclusão escolar do estímulo à formação de uma consciência política através dos estudos relacionados às ciências humanas. Alguns talvez desejem que o estudo da Geografia exclua o Homem, ou que o estudo da História se resuma a uma coleção de datas e materiais memoráveis selecionados. Talvez, futuramente, tenhamos de lutar até mesmo pela manutenção do Ensino de História em seu sentido mais geral, ou pelo menos da História como ela deve ser produzida e deve ser ensinada. Mais do que nunca, os historiadores devem ser conclamados a se apresentarem como agentes da própria História.